

REVISITANDO AS TEORIAS MARXISTAS DA INFLAÇÃO

Giliad de Souza Silva^{*}
Leonel Toshio Clemente^{**}
Eduardo Maldonado Filho^{***}

RESUMO

O fenômeno inflacionário passa a assumir lugar de destaque na literatura econômica após a década de 1960, exatamente no momento em que tal fenômeno se torna um problema de maior amplitude e com um profundo enraizamento nos países capitalistas avançados. O marxismo construiu suas explicações sobre a inflação baseadas sobretudo nas seguintes abordagens: i) que os conflitos sobre a distribuição da renda são, em suma, a causa mais significativa da inflação; ii) que a inflação está vinculada ao crescente poder dos monopólios, sendo reforçado pelas políticas intervencionistas do Estado; e iii) que o fenômeno é explicado pela discrepância gerada endogenamente entre os aumentos da oferta e da demanda do dinheiro de crédito. O objetivo deste texto é revisitar estas abordagens marxistas, assim como fez Saad-Filho (2000), porém avançando na crítica metodológica. Mais especificamente, nosso objetivo é o de, revisitando essas abordagens teóricas, realizar uma crítica metodológica mostrando a continuidade da validade do método de Marx para compreender o fenômeno da inflação do pós segunda guerra mundial.

Palavras-chave: teoria do conflito distributivo; teoria do capital monopolista; teoria da moeda extra; método de Marx.

ABSTRACT

The inflationary phenomenon becomes relevant in the economic literature after the 1960s, from the moment when inflation turn into a problem of greater magnitude and with a deep rooting in the advanced capitalist countries. Marxism has built his explanations of the inflation based principally on the following approaches: i) conflicts over the distribution of income are, in short, the most significant cause of inflation; ii) inflation is linked to the growing power of monopolies, being reinforced by the interventionist policies of the State; and iii) the phenomenon is explained by the discrepancy between endogenous generated increases in supply and demand for credit money. The aim of this paper is to revisit these Marxist approaches, as found in Saad-Filho (2000), but emphasizing the methodological critique. More specifically, our goal is to perform a methodological critique showing the continued validity of Marx's method to understand the inflation phenomenon of post World War II.

Keywords: theory of distributive conflict; theory of monopoly capital; theory of extra money; method of Marx.

ÁREA 1: METODOLOGIA E HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO

Submetido às Sessões Ordinárias.

* Doutorando do Programa de Pós-graduação em Economia do Desenvolvimento da UFRGS. Bolsista CNPQ. Email: giliad.souza@gmail.com.

** Doutorando do Programa de Pós-graduação em Economia do Desenvolvimento da UFRGS. Bolsista CNPQ. Email: leonel_t_clemente@hotmail.com.

*** Professor do Departamento de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-graduação em Economia do Desenvolvimento da UFRGS. Email: eduardo.maldonado@ufrgs.br.

INTRODUÇÃO

A literatura econômica atual se debruça sobre o fenômeno inflacionário com certa regularidade. Muitas vezes objetivando medir a eficiência das políticas anti-inflacionárias convencionais ou mesmo propondo saídas alternativas à orientação do *mainstream*. Do ponto de vista teórico, as abordagens convencionais são reconhecidamente deficientes na compreensão desse fenômeno, o que torna tanto o debate teórico quanto aquele relacionado com a adoção de políticas macroeconômicas de combate ao processo inflacionário bastante controversos. No campo marxista, o quadro não é diferente, conforme veremos abaixo.

É importante destacar, ainda que esse não seja o objeto específico de estudo desse artigo, que o processo inflacionário atual possui características que o diferenciam dos fenômenos inflacionários observados no período anterior à segunda guerra mundial¹. Cabe também registrar que a palavra “inflação” surge no meio teórico entre meados da década de 1830 e a Guerra Civil Americana (1861-65), associada ao descompasso entre o montante de papel-moeda em circulação e a quantidade de dinheiro metálico que o lastreava, descompasso esse estimulado pelo financiamento da guerra civil². Na virada do século XIX para o XX, os economistas passaram a se referir a qualquer meio circulante como dinheiro, pelo simples fato da mercadoria-dinheiro e seus representantes diretos estarem cada vez mais apartado da circulação, esta que estava sendo progressivamente hegemonizada pelo dinheiro de crédito. Se para a maior parte das teorias econômicas esta mudança teve pouco significado, para o marxismo tal generalização pode provocar confusões na compreensão dos fenômenos monetários, em especial no abandono da teoria monetária de Marx como instrumento teórico para a compreensão do fenômeno inflacionário. Outro desdobramento deste fato é que inflação passou a ser entendida como qualquer aumento no nível dos preços, sendo comum ouvir falar de inflação de salários, inflação de energia, etc. Se os clássicos viam inflação como um fenômeno monetário oriundo da mudança no padrão dos preços, contemporaneamente se torna sinônimo de qualquer aumento de preço (BRYAN, 2002).

É válido destacar que este fenômeno sempre foi tratado como secundário pelas razões já apontadas acima, a saber: não havia uma tendência secular de crescimento da inflação. O comportamento dos preços alternava-se sempre entre momentos inflacionários e deflacionários,

1 “Inflation was the main factor that distinguished the present from the past. From 1800 to 1940, the cost of living [in the USA] had risen an average of only 0.2% a year and had actually declined on 69 occasions. In 1940 the cost-of-living index was only 28% higher than it had been 140 years earlier. ... The Second World War and its aftermath changed all that. From 1941 to 1959, inflation averaged 4.0% a year, with the cost-of-living index rising every year but one” (BERNSTEIN, 1996, p. 184).

2 “The era between the mid-1830s and the Civil War - a period economists refer to as the “free banking era” - saw a proliferation of banks. Along with these institutions came “bank notes,” a private paper currency redeemable for a specific amount of metal. That is, if the issuing bank had it. At times, banks did not have enough gold or silver to satisfy all of their claims. Bank notes, like the public notes that preceded them, also tended to depreciate. It is during this period that the word inflation begins to emerge in the literature, not in reference to something that happens to prices, but as something that happens to a paper currency.” (BRYAN, 2002, p.595).

dependendo da fase do no ciclo econômico. O foco na análise da inflação enquanto tendência de longo prazo só assumiu centralidade ao longo dos anos 1960. Em outras palavras, exatamente no momento em que a inflação se torna um problema de maior amplitude e com um profundo enraizamento nos países capitalistas avançados. Do ponto de vista da classe capitalista, a inflação passa a ser vista como um dos principais problemas econômicos a ser combatido pelo Estado³. Consequentemente, os economistas *mainstream* colocaram o entendimento do processo inflacionário no centro de suas preocupações teóricas e de políticas macroeconômicas.

Do ponto de vista da classe trabalhadora, ainda que a prioridade continuasse sendo a manutenção do “pleno emprego”, a aceleração do processo inflacionário, com sua repercussão negativa sobre o poder de compra dos salários, implicava também demandar o controle do processo inflacionário. Assim, enquanto a classe capitalista exigia que o foco exclusivo da política macroeconômica fosse o combate à inflação, a demanda dos trabalhadores era duplo: pleno emprego e controle da inflação.

Evidentemente que a compreensão do processo inflacionário, pelas razões apontadas acima, também assume lugar de destaque nas análises teóricas dos economistas marxista. Era necessário entendê-la, compreender seus meandros, suas relações internas, suas vinculações (ou não) com a lógica econômica mais ampla. O marxismo construiu suas explicações baseadas sobretudo nos seguintes argumentos: i) que os conflitos sobre a distribuição da renda são, em suma, a causa mais significativa da inflação. Esta linha argumentativa ganhou destaque entre os Marxistas por causa da relação aparente entre este conceito e o da luta de classes; ii) que a inflação está vinculada ao crescente poder dos monopólios, sendo reforçado pelas políticas intervencionistas do Estado. Esta explicação é constitutiva das linhas teóricas do poder de monopólio e subconsumo; e iii) que o fenômeno é explicado pela discrepância gerado endogenamente entre os aumentos da oferta e da demanda do dinheiro de crédito. Este argumento destaca a importância monetária ao processo inflacionário, ao contrário dos outros dois.

O objetivo deste texto é revisitar as principais abordagens marxista em relação ao processo inflacionário, assim como fez Saad-Filho (2000), porém avançando na crítica metodológica. Mais especificamente, nosso objetivo nesse artigo é o de, revisitando essas abordagens teóricas, realizar uma crítica metodológica mostrando a continuidade da validade do método de Marx para

3 “Outro aspecto a considerar é que como resultado das baixas taxas de juros e da aceleração do processo inflacionário, os anos 1970 foram desastrosos para os investidores capitalistas (i.e., rentistas). Por exemplo, o valor real de um investimento no mercado de capitais em 1969 estaria reduzido praticamente à metade dez anos depois. A responsabilidade pela inflação - e, portanto, pelo “roubo” de seus capitais - era atribuída ao governo, principalmente por decorrência dos gastos sociais crescentes, que geravam os déficits públicos e que, por sua vez, se constituíam no principal determinante da inflação. Assim, do ponto de vista dos capitalistas, o principal problema econômico era a inflação - e não o desemprego - e, em termos estruturais, a solução era retornar ao liberalismo econômico. No que diz respeito à política macroeconômica, a visão monetarista tornou-se hegemônica. A política fiscal deveria ser conduzida de forma a equilibrar as contas do governo e a política monetária deveria ser conduzida pelo FED através do sistema de metas monetárias com o objetivo de controlar o processo inflacionário” (MALDONADO FILHO, 2005, p. 390).

compreender o fenômeno da inflação do pós Segunda Guerra Mundial. Cabe destacar que não se intenta aqui propor uma formulação teórica acabada sobre tal fenômeno⁴, porém apresentar indícios de um afastamento destas abordagens marxistas, com o corpo teórico-metodológico construído por Marx.

O presente artigo está organizado em 4 seções, além desta introdução e das conclusões. As três primeiras discutem as principais linhas marxistas interpretativas da inflação, respectivamente, a i) do conflito distributivo, ii) do capital monopolista e iii) da moeda extra. Nelas serão apresentadas sinteticamente os pontos mais relevantes, destacando os textos seminais, assim como as questões polêmicas e as que contrariam a teoria do Marx. A quarta seção se constitui de uma crítica metodológica a tais abordagens, indicando que estas recorrentemente caem no erro das teorias convencionais, a saber, analisar os fatos baseado no uso de abstrações equivocadas, focando especialmente na aparência dos fenômenos.

1. TEORIA DO CONFLITO DISTRIBUTIVO

A teoria de inflação por conflito distributivo, que se inspira na teoria do *cost-push* (inflação de custos), afasta-se do pressuposto do equilíbrio, e assume que a oferta de moeda é plenamente endógena, que as políticas monetária e fiscal são passivas, e que os agentes-chave (no caso, os capitalistas monopolistas e os trabalhadores sindicalizados) têm poder de mercado e pode definir o preço de seus produtos ou serviços em grande parte de forma independente da demanda. Inflação surge porque a soma de reivindicações (*claims*) sobre o produto nacional (que depende dos níveis de renda alvo, participação no produto nacional, ou as taxas de crescimento da renda) é maior do que a renda real disponível. Há inflação porque o banco central valida, diretamente ou através de seu apoio ao sistema financeiro, demandas incompatíveis para a participação na renda nacional através da acomodação monetária, numa tentativa de proteger as instituições financeiras e assegurar a continuidade da produção. Ela varia positivamente as alterações do tamanho das reivindicações sobrepostas, a frequência das mudanças de preços e salários e o nível de utilização da capacidade instalada, variando negativamente à taxa de crescimento da produtividade (SAAD-FILHO, 2000; ROWTHORN, 1982).

A inflação funciona como um mecanismo de distribuição de renda quando um dos agentes-chave é incapaz de prevê-la⁵. Caso o fosse, tal agente tomaria medidas para se proteger de seus efeitos. A renda disponível (aquela que é objeto de reivindicação dos trabalhadores privados e dos

4 As considerações analíticas trazidas neste texto fazem parte de uma pesquisa mais ampla que, partindo da teoria do Marx, colima contribuir teoricamente para pensar o fenômeno inflacionário.

5 “[Expectativa] refere-se a um estado de espírito, [previsão], a um comportamento real. *Esperar* alguma coisa significa simplesmente acreditar, com maior ou menor confiança, que ela ocorrerá, enquanto *prever* significa tanto esperar como agir com base nessas expectativas.” (ROWTHORN, 1982, p.137).

capitalistas domésticos) é o equivalente a renda total deduzida a renda de determinação exógena, no caso, do Estado (impostos) e dos fornecedores estrangeiros (custo de importação). Como não há mecanismo automático que garanta a distribuição entre salários (renda dos trabalhadores) e lucros (renda dos capitalistas), as reivindicações dos rivais referentes ao objeto podem superar o que ficou disponível após o pagamento da renda exógena. Haveria, assim, um conflito no tocante a política de preços capitalista e a decisão frente ao que foi negociado pelo acordo salarial. Este imbróglio seria desvelado pela discrepância entre o lucro alvo aplicado pelos capitalistas através de sua política de preços e o lucro negociado (que leva em conta a inflação esperada), o que Rowthorn (1982, p. 139) chama de “hiato de aspiração”, o determinante, em última instância, do fenômeno inflacionário. Um hiato de aspiração positivo, derivado de um lucro alvo superior àquele negociado no acordo salarial, significa uma taxa não prevista de inflação. Nesta situação, poderia até haver aumento nominal dos salários, porém os salários reais cairiam ou ficariam constantes.

A renda disponível teria a sua taxa de crescimento em termos de ganhos de produtividade. Sempre que há aumento da taxa de lucro ou de salários maior do que os ganhos de produtividade, o resultado é inflação. Deste pressuposto da teoria do conflito original, pode-se incluir outras determinantes, como é exposto por Saad-Filho (2000, p.338).

The model can be refined endlessly by incorporating target income levels, expectations, reaction functions, and limits on the wage claims because of unemployment, or on the mark up because of competition. It naturally follows that, when inflation is anticipated, the process of income transfer becomes less efficient and inflation rates must increase in order to achieve the same results.

A inflação não prevista poderia ser evitada caso existisse uma política eficiente de coordenação dos salários e preços. Caso os trabalhadores estejam bem organizados e com muita força no mercado de trabalho, poderia haver um achatamento dos lucros e constringendo de certa forma os investimentos e, por fim, a atividade econômica. Se o mercado de produto for monopolista, as empresas terão força para empreender uma política de preços agressiva, visando obter maior parcela da renda. A consequência disso é inflação e transferência de renda dos trabalhadores aos capitalistas via perda dos salários reais. Uma política bem-sucedida seria aquela que coordenasse as reivindicações salariais e de lucros, sem desestimular a atividade econômica e nem desencadear um processo de inflação não prevista. Em última instância, o controle inflacionário seria uma questão boa política.

Há uma ausência deliberada de teoria monetária dentro dessa abordagem. Como a inflação é causada pelo conflito nas reivindicações sobre a renda, qualquer impacto monetário sobre a mudança nos preços só se daria mediante efeitos sobre a distribuição da renda, logo, quando afeta o conflito. “Não existe espaço para uma teoria monetária que postule um elo causal direto entre moeda e preços, pois esse elo proporcionaria uma segunda e independente explanação da inflação”

(ROWTHORN, 1982, p. 155). E o principal modo da moeda afetar a distribuição de renda é através dos seus impactos sobre a demanda. Tendo em vista que o nível de demanda é um fator causal sobre o conflito, já que determina a posição dos agentes-chave no mercado de mão de obra e de produtos, uma alteração na moeda que conduza a mudanças no nível de demanda é capaz de afetar, também, o grau do conflito. Este seria o canal sobre o qual os fatores monetários impactariam na taxa de inflação. Assim, a moeda não seria entendida como neutra, haja vista seu papel ativo e a capacidade dos fatores monetários de exercer uma influência independente sobre a atividade econômica. No entanto, isto não significa dizer que “a moeda seja o *único* fator capaz de exercer influência independente sobre a atividade econômica. O controle monetário é apenas uma das armas da 'administração da demanda' e em geral vem acompanhado de medidas fiscais” (ROWTHORN, 1982, p. 156). Em outras palavras, os fatores monetários têm importância secundária na causalidade da inflação, e apenas quando eles alteram de algum modo o grau de conflito.

Como existe conflito distributivo ao longo do ciclo econômico, a inflação assume um comportamento cíclico. Ela é relativamente baixa no início da fase expansiva do ciclo econômico por causa do baixo nível de utilização da capacidade instalada, do desemprego elevado e do elevado crescimento da produtividade. Sua tendência de alta aparece ao fim do *boom*, quando o nível de capacidade ociosa se contrai e a militância dos trabalhadores se intensifica. A inflação desacelera com o início da recessão e esse declínio pode ser engendrado pelo Estado com o objetivo de “*‘restore the balance of industrial relations’, ‘preserve financial stability’, ‘restore international competitiveness’ or, in plain English, to discipline the workers under the threat of unemployment or worse.*” (SAAD-FILHO, 2000, p.338-9). Em síntese, o comportamento da inflação depende basicamente a posição dos agentes-chave frente a suas reivindicações, quando estas vão além (ou aquém) da renda disponível.

Rowthorn (1982) afirma que esta abordagem tem muitas similitudes com a teoria monetarista “neoclássica”. Poderíamos apontar alguns pressupostos que as aproximam, como: a percepção do Estado como um agente exógeno⁶; a suposição da Paridade do Poder de Compra⁷; a suposição de que o comportamento combativo do movimento dos trabalhadores sempre tem impacto inflacionário; o uso da curva de Phillips-Friedman-Phelps enquanto instrumento analítico⁸; o uso de expectativas adaptativas, à la Friedman; a compreensão teórica da existência de um estado de equilíbrio (*Steady State*), dentre outras. O que é apontado pelo autor como ponto em comum é a compreensão de que a oferta de moeda, mediante seus impactos no comportamento dos gastos, influencia a demanda e esta, por sua vez, afeta os preços. “Ademais, o mecanismo de expectativas

6 Marx tinha uma posição inequívoca da completa vinculação do Estado com a sociedade e seus modos de reprodução da vida humana. Sobre a posição de Marx, ver Draper (1977, cap. 11).

7 Uma crítica marxista ao pressuposto da Paridade do Poder de Compra, ver Shaikh (2000b).

8 Para uma crítica marxista a esta curva de Phillips, ver Shaikh (2000a).

adaptativas garante que a amplitude de administração da demanda seja limitada pela possibilidade de inflação explosiva.” (ROWTHORN, 1982, 160).

Rowthorn (1982) define monetarismo “neoclássico” como aquele que supõe o desempenho atomístico do capitalismo, com sindicatos e firmas inexpressivos em relação a economia como um todo e agem de maneira independente dos seus pares, sem qualquer cooperação ou emulação de comportamento. O Estado teria um papel irrelevante na determinação de preços e salários, cuja função da política e da ideologia seriam de pouca relevância. A crítica de Rowthorn ao monetarismo “neoclássico”, em suma, versa quase exclusivamente ao aspecto da estrutura de mercado no qual aquela abordagem pressupõe. Para além da incompatibilidade do conceito de estruturais de mercado com a teoria da concorrência do Marx, que será desenvolvido mais a diante, não há qualquer crítica ao método, aos pressupostos e ao escopo.

Saad-Filho (2000) aponta uma série de críticas a esta abordagem, dentre elas: i) a de ver parcerias potenciais entre classes sociais antagônicas, que possibilita alcançar estabilidade econômica mediante negociação da política de distribuição de renda; ii) a de supor que a barganha sobre a participação na renda é um fato fundamental na determinação dos preços, quando tal distribuição é feita *ex post*, em vez de ser o objeto de disputa; iii) a de compreender que a inflação existe em função de um deslocamento que muda a economia para longe de um equilíbrio Pareto ótimo; iv) a de possuir uma abordagem tautológica que é cientificamente infundada, porque sua análise não se lastreia numa estrutura mais ampla que dê suporte aos seus conceitos elementares e que contextualize suas conclusões; v) a de derivar o papel do Estado e de suas políticas a partir de um conjunto de fatos estilizados. O motivo e o alcance das políticas econômicas não são explicados, além de depender fortemente da subjetividade do analista; e, vi) de que esta abordagem tem que se relacionar com uma *abordagem* teórica que é não marxista. Ademais, as similitudes entre a abordagem do conflito distributivo e o monetarismo “neoclássico”, apresentadas por Rowthorn (1982), já são, em si, razões suficientes para mostrar o gritante descolamento desta abordagem com a teoria econômica de Marx. Como a variação dos preços são determinados em última instância pelas reivindicações em torno da renda disponível, é presumível que não haja um lastro da teoria do valor-trabalho, muito menos o pressuposto do Marx de que toda mercadoria entra na circulação com um preço.

2. TEORIA DO CAPITAL MONOPOLISTA

A abordagem originada por Baran e Sweezy (1974), cuja edição original é de 1966, e que teve continuidade nas diversas contribuições trazidas na revista Marxista *Monthly Review*, teve forte impacto dentro do marxismo, sobretudo nas análises econômicas. É válido destacar que, como

elementos significativos de seu entendimento sobre inflação, os agentes fundamentais são os setores monopolistas e o Estado. Aqueles são centrais ao crescimento e estabilidade econômica, já que é lá onde se encontram as firmas mais dinâmicas, além dos investidores, empregadores, produtores e exportadores mais importantes. Por isto, segundo essa abordagem, o Estado dá o suporte necessário a tais setores, mediante barateamento da infraestrutura, incentivos fiscais, financiando direta ou indiretamente parte de seus custos em P&D e apoiando os seus empreendimentos no estrangeiro. Tudo isto constitui gastos para o Estado, que contribuem para a geração de déficits orçamentários persistentes, no aumento da dívida pública e na elevação da tendência inflacionária. Segundo a teoria do capital monopolista, essas ações estatais têm impacto direto na inflação, em especial a observável ao fim dos anos 1960. Esse impacto se deu por duas vias: i) facilitando a elevação da oferta de crédito, o que teria provocado uma superacumulação de capital e níveis recordes de baixa utilização da capacidade instalada. Isto conduz a custos excessivamente elevados, o que provoca um severo achatamento nos lucros, afetando negativamente os setores monopolistas e, consigo, a economia como um todo; ii) criando o excesso de demanda pelos gastos deficitários e estimulando ininterruptamente o setor monopolista pelas várias políticas monetária e fiscal anti-depressivas, conduzindo assim a inflação (SAAD-FILHO, 2000).

Conforme esta abordagem, afirma Saad-Filho (2000), o setor monopolista e o Estado seriam os agentes responsáveis pelo fenômeno inflacionário. Em qualquer situação de aumentos dos custos ou de achatamento dos lucros, o setor monopolista responderia via aumento dos preços. No fim dos anos 1960, com a superacumulação de capital e deterioração dos salários reais, corroídos pela inflação, deixou evidente que o Estado não poderia simultaneamente apoiar os monopólios e financiar o estado de bem-estar social, e ao mesmo tempo manter inflação e desemprego baixos. A teoria do capital monopolista tem como base o argumento de Hilferding de que o monopólio impõe preços acima dos preços de produção colimando obter lucro extra. Também no de Kalecki, já que ele entende o poder de monopólio como um fato estilizado, sendo que esta capacidade de obter lucro extra advém de seu poder de mercado. O preço do monopólio é determinado estrategicamente a fim de maximizar o crescimento da firma, a participação no mercado ou lucros de longo prazo, e são persistentemente inelásticos. O superlucro seria fruto da transferência de valor dos setores competitivos e dos trabalhadores (com salários caindo abaixo do valor da força de trabalho) para os setores monopolistas.

Há uma série de críticas apontadas por Saad-Filho (2000; 2002), indicando limites analíticos ou inconsistências lógicas dessa abordagem. Dentre eles, encontram-se: i) a negligência em explicar o papel da demanda e de outros limitadores ao poder do monopólio, assim como as contratendências à concentração e centralização de capital; ii) a pouca clareza em expor os condicionantes que levam o poder de monopólio a afetar o circuito do capital, a circulação monetária e a

distribuição de renda, se a inflação pode ou não ser evitada, e em que medida a torna inevitável. Ou mais, porque o poder de monopólio conduz a inflação e não a mudanças pontuais nos preços relativos; iii) apresentação de um entendimento ambíguo sobre o Estado, pois ao mesmo tempo em que ele administra a economia a fim de garantir a reprodução do capital como um todo – o que requer a acomodação de interesses de diferentes frações do capital e dos trabalhadores (melhor alcançado numa democracia) – é visto também como algo próximo de uma ferramenta dos interesses monopolísticos, sendo que sua política se limita pela necessidade de obter consenso – melhor alcançado em regimes autoritários; iv) incapacidade em explicar o conflito capital-trabalho, além da negligência analítica da classe trabalhadora, que é geralmente um espectador do desenrolar dos acontecimentos; v) negligência o papel do setor financeiro, que não tem as suas ações estudadas em detalhe, além da lacuna analítica referente a restrição do balanço de pagamentos; e vi) compreensão difusa sobre as causas da inflação, já que ela é vista como sendo essencialmente o resultado das políticas econômicas intervencionistas que tentam assegurar o pleno emprego e a estabilidade social, numa economia restringida pelo poder monopolístico e pelas estratégias de preços; as causas da inflação alternam-se entre decisão de preços dos monopólios e o excesso de demanda induzido pelo estado (o que é um resultado paradoxal da tentativa do estado em evitar o subconsumo).

Esta abordagem entende que a concentração e centralização do capital são processos fundamentais dentro do capitalismo, e que conduzem necessariamente à monopolização da economia. Em outras palavras, o desenvolvimento do capitalismo levaria a menos concorrência. Na medida em que os setores monopolistas se estabelecem, teriam a capacidade de determinação arbitrária sobre os preços, controlando a quantidade produzida e impedindo a formação dos preços de produção⁹. A não necessidade em absorver os capitais que buscam se mobilizar para estes setores mais rentáveis impediriam a entrada de novas firmas, abolindo o processo de concorrência naqueles ramos e permitindo que as respectivas taxas de lucro permanecessem insistentemente acima da média. As consequências desta prática monopolista, ao passo que permite taxas sobrelevadas de lucro, são i) aumento moroso de produtividade e produção, gerando problemas para absorver os lucros e, por conseguinte, ii) estagnação econômica e subutilização dos recursos. Neste caso, o processo competitivo seria o motor da acumulação de capital e não o inverso. Esta abordagem apresenta distinções profundas com a teoria da concorrência de Marx¹⁰. Ele via o desenvolvimento

9 Preços de produção das mercadorias é o equivalente aos seus preços de custo acrescidos do lucro médio. Ver Marx (1986a, cap. 9).

10 A concorrência aparece como se fosse uma necessidade exterior, algo imposto de fora do próprio capital. No entanto, ela deriva-se do processo de acumulação, processo esse que impele a reduzir o valor das mercadorias (oriunda da contradição capital-trabalho) como condição necessária para ganhos de rentabilidade. Isto aparece como um fenômeno vinculado à redução dos custos de produção, mediante aumento da produtividade do trabalho e ingresso de inovação tecnológica. Por isto que a busca insaciável de setores e firmas por aumentarem a produtividade e inovarem, que conduz a mobilidade de capital para setores e firmas mais inovadores (inclusive com a formação de grandes corporações) e acirramento da competição inter-capitalista, tem a ver com a lei da

do capitalismo conduzido por leis econômicas que regulavam a sua tendência. Qualquer barreira a livre mobilidade do capital tende a ser derrubado pela cheia da acumulação. A abordagem do capital monopolista entende que o avanço do capitalismo, em vez de potencializar as leis internas que versam sobre a concorrência assim como as contradições que apontam para os seus limites, de fato, anula tais leis, *pari passu* suas contradições (BARAN, SWEEZY, 1972; MARX, 1986a).

O lucro diferencial proporcionado pelo poder de monopólio, em Marx, diz respeito a outro fenômeno, que não se deriva do processo de competição. A renda da terra, em termos marxianos, é aquele excedente oriundo da existência do monopólio da propriedade da terra. Ademais, a produtividade nas atividades agrícolas e de extração tende a ser menor quando comparada com as atividades industriais, em que pese a possibilidade de dissolução desta diferença no longo prazo. Isto acontece tendo em vista que o lucro gerado pelas atividades agrícolas e extrativista não participam do processo de equalização¹¹. Portanto, há renda da terra tanto do ponto de vista absoluto, derivado dos diferenciais de produtividade entre essas atividades agrícolas e as industriais quanto diferencial, que está relacionada aos diferenciais de produtividade entre produtores rivais de um mesmo ramo de produção. Isso se deve ao fato de que, no caso da renda da terra absoluta, o novo valor ali criado é relativamente superior ao da indústria, e, como este excedente não participa do processo de equalização, é integralmente absorvido nas atividades com poder de monopólio. O diferencial entre o lucro ali gerado e o lucro médio é a renda absoluta da terra. É válido salientar que esse processo não implica numa taxa de lucro maior relativamente para o capitalista que investiu na produção industrial. Essa diferença transformar-se-á em renda para o proprietário da terra, da mesma forma que o juro se transforma em renda para o proprietário do capital em relação ao capitalista funcionante. No que diz respeito a renda diferencial, ela surge na medida em que as terras possuem qualidades distintas entre si e o uso de uma tecnologia similar (proporção parecida entre capital/trabalho) produz quantidades distintas de mercadorias. As terras de qualidade inferior regulam os preços, o que provoca um lucro extraordinário aos capitalistas que produzem nas terras de melhor qualidade. O diferencial entre o lucro gerado nas terras de melhor qualidade e o lucro gerado nas terras reguladoras é a renda diferencial da terra, pago aos seus proprietários.

Transferir as consequências geradas pelo “poder de monopólio” para a teoria da concorrência capitalista, sobretudo mediado pela teoria neoclássica, é um equívoco¹². Na medida em que a terra aparece como um fator limitado, e com isso os ganhos de produtividade tem um alcance restrito, um aumento na massa de capital-dinheiro disponível não resultaria necessariamente num

acumulação de capital. Ver Marx (1986a, cap. 9-12).

11 A existência de distintos setores e firmas possibilita que haja um diferencial na taxa de lucro entre eles. Como o capital migra objetivando auferir o maior rendimento possível, o seu movimento entre os distintos setores tende a igualar o retorno dos capitais segundo a sua magnitude e não segundo a quantidade de trabalho que explora, ou seja, o capital migra de forma a gerar uma tendência de equalização da taxa de lucro. Ver Marx (1986a, cap. 9).

12 Para uma crítica precisa a esta assimilação das estruturas de mercado neoclássica, ver Maldonado-Filho (1990).

incremento da quantidade produzida. O processo concorrencial dentro de um setor com poder de monopólio se espalha até o ponto de plena utilização do fator limitante, como é o caso da ocupação de terras cultiváveis. Na indústria, em geral, ter capital monetário acessível é condição suficiente para implicar num aumento da produção, mesmo que esse aumento varie em tempo de setor para setor. Considerar que um setor industrial que apresente lucros acima da média não fará uso do capital disponível para aumentar sua produção e assim obter maior ganho, é considerar que centralização e concentração de capital freiam o ímpeto da acumulação, o que não forma o menor sentido, do ponto de vista marxiano.

3. TEORIA DA MOEDA EXTRA

Esta abordagem foi extensamente estudada por Saad-Filho (2000; 2002) e Saad-Filho e Mollo (2001) e se baseia no texto seminal do De Vroey (1984). A ideia básica da teoria da inflação por moeda extra é que “circunstâncias inerentes aos circuitos de produção e circulação do capital regularmente criam discrepâncias entre a oferta e a demanda de moeda que, em alguns casos, podem gerar inflação” (SAAD-FILHO; MOLLO, 2001, p.26). O fenômeno inflacionário teria causas fundamentalmente monetárias, em que pese a dimensão da formação dos preços ter certo efeito causal. Quando a emissão de moeda extra gera um efeito superior às mudanças na produtividade (estaria aqui o vínculo com o circuito produtivo), há inflação. Se o volume de moeda que, na média, é adicionado à circulação cresce, dada a constância na tecnologia e na habilidade da força de trabalho, o aumento nos preços (que, na prática, é acompanhado, normalmente, por mudanças nos preços relativos) é inflacionário. Essa discrepância entre a quantidade de unidades monetárias ofertadas e a massa necessária para fazer o valor do produto por hora de trabalho circular (necessidade das trocas), geradora da moeda extra, pode ser captada apenas *ex post*.

A moeda extra não é uma particularidade do Estado, assim como a sua existência, *per se*, não é condição suficiente para desencadear a inflação. Como o sistema monetário contemporâneo possui duas formas principais de moeda, a emitida pelo Banco Central, que possui o curso forçado e paga qualquer dívida, e a emitida pelos bancos comerciais, que é a forma monetária dos débitos em instituições financeiras privadas, como contrapartida de um direito potencial sobre outras formas de moeda, há, assim, um duplo canal de emissão de moeda extra. Embora o Estado participe da emissão de moeda extra, o principal e mais rotineiro vetor de criação emerge das decisões privadas, que tem substancial autonomia de agir economicamente. Mesmo em relação àquele montante criado pelo Estado, as suas consequências não são de fácil mensuração, no caso, se afeta preços, quantidades ou ambos, já que a discrepância entre a massa monetária ofertada e as necessidades das trocas podem ser eliminadas ou ampliadas por mudanças no produto geral, velocidade de circulação

da moeda ou variação no entesouramento (aumento/retração dos fundos capitalistas, por exemplo) (SAAD-FILHO, 2000; DE VROY, 1984).

Esta abordagem compreende a oferta de moeda como endógena, ou seja, a massa de moeda em circulação é determinado por variáveis do próprio mercado, como volume da produção, preços das mercadorias e pela estrutura institucional do sistema monetário e financeiro (é suposto a velocidade de circulação da moeda como constante). Mudanças em determinadas variáveis, como as supracitadas, alteram diretamente na quantidade de meios entesourados (inclusive ativos financeiros) e no volume dos empréstimos bancários, e, por sua vez, na base monetária. Logo, tem impacto direto na quantidade de moeda em circulação. Essa endogenia não implica: i) na inexistência de desvios entre oferta e demanda de moeda e; ii) na horizontalidade da curva de oferta monetária. Sobre o primeiro ponto, do ponto de vista empírico, não é novidade afirmar que a velocidade de circulação da moeda não é constante, logo tem impactos diretos na demanda por moeda. Ela é determinada fundamentalmente pelas convenções sociais (a regulação das regras financeiras, por exemplo), da estrutura do sistema financeiro e sua relação com a produção, das relações internacionais, das relações de propriedade da economia, do grau de concentração do capital, e de outras variáveis que são mais difíceis de estimar. Ademais, mesmo que o dinheiro de crédito criado corresponda a uma solicitação individual de empréstimo, a oferta total de crédito não reflete as necessidades da economia como um todo. Questões como o auxílio do empréstimo especulativo no aumento da bolha no mercado de ações ou mesmo o financiamento inconsciente de bancos à produção de bens não lucrativos ou invendáveis contribuem para explicar esta desproporção.

A respeito do segundo ponto, Saad-Filho (2000) demarca uma significativa diferencia entre a abordagem marxista da moeda extra e uma parte da tradição keynesiana que vê a oferta monetária como passiva à demanda. Além dos argumentos desenvolvidos no ponto anterior, Saad-Filho e Lapavistas (1999) criticam a teoria horizontalista da moeda por esta ser cartalista, ou seja, compreender o dinheiro como é uma particularidade do Estado. Porém, esta mesma visão cartalista encontra-se em De Vroey (1984), quando ele afirma que o atributo do dinheiro ser diretamente social, logo, ser o único vínculo entre os agentes econômicos, deriva-se dele ser uma característica do Estado. Nesses termos, a aceitabilidade social do dinheiro, que lhe torna um bem que não precisa passar pelo processo de validação feita pelo mercado, ocorre devido a ele ser a nota do Banco Central. A contradição deve-se do fato de que a quantidade total de dinheiro à disposição dos agentes deve passar por decisões privadas, sendo assim necessário passar pelo teste de validação no mercado. Em síntese, o dinheiro é diretamente social, por ser uma característica do Estado, porém sua quantidade é indiretamente social, já que ela depende da adequação da massa monetária emitida

pelo sistema bancário¹³. A saída teórica encontrada em Saad-Filho (2000) diante desta celeuma é aderir a abordagem *MELT*¹⁴, proposta por Foley (1982), que será discutida mais adiante.

Para a abordagem da moeda extra, inflação é produto da discrepância entre oferta e demanda por moeda. O ponto de partida é o desentesouramento, via utilização de fundos acumulados, ou a tomada de empréstimos para financiar a produção. A injeção destes fundos na economia aumenta a proporção entre moeda e valor da produção. Esse aumento pode ser esterilizado, caso haja um aumento equivalente na produção ou venda de mercadorias. A venda de mercadorias cria renda adicional, que é usado para pagar as dívidas, financiar a acumulação pela firma, ou ser distribuído entre lucros e dividendos. Esta rota é verossímil apenas se as firmas forem bem-sucedidas nas suas empreitadas. Caso elas sofram perdas e seu produto financiado, quer por dívidas quer por desentesouramento, não seja vendido, esse prejuízo pode ser absorvido de duas formas, respeitando ou não um tipo ideal de “regras do jogo”. Sobre essas “regras”, De Vroey (1984), defini-as partindo de um tipo ideal de baseado numa “economia de mercado puro”, que implica na minimização das intervenções do Estado. Do ponto de vista do setor privado, as regras do jogo funciona como restrição de pagamento, já que pressupõe que as mercadorias sejam trocadas por dinheiro e que promessas de pagamento sejam honradas. Da perspectiva do Estado, por sua vez, é enfatizado que o financiamento deveria ocorrer apenas por tomada de empréstimo ou por taxaço, e a prática de monetização da dívida deve ser encarado como um burlamento às regras da economia de mercado. O que esta abordagem caracteriza então como o descumprimento das regras nada mais é do que o funcionamento rotineiro da economia, o que é um contrassenso numa visão heterodoxa da economia, e torna-se ainda mais gritante numa perspectiva marxista.

Pois bem, segundo a teoria em questão, o cumprimento das “regras do jogo” (respeito aos prazos e impossibilidade de consolidação de dívida) implica na absorção das perdas pelas próprias firmas, mediante redução do valor de seus ativos, ou pelos bancos, que não terão ressarcidos os empréstimos, caso a empresa entre em falência, e terão que cobrir sua infeliz empreitada com seus próprios ativos. Obviamente que há outras possibilidades: a transferência das perdas para os trabalhadores das firmas, aumentando temporariamente a taxa de exploração, ou para os consumidores, às custas do aumento dos preços, caso a firma tenha poder de monopólio (nos termos da teoria do capital monopolista). O que se deriva deste conjunto de soluções de mercado pode ser aumento do desemprego, subutilização da capacidade instalada, deterioração das condições de vida

13 “*metallic money is driven out of the system and central bank money plays the role of the general equivalent. On the other hand, private notes disappear, all bank money being unified by central bank money. However, even in such a context, some validation remains necessary. This stems not from the need to maintain the monetary status of private bank monies but rather from the adequacy of the total quantity of money issued by the banking system. Now the necessity for validation flows from the fact that, although money is fully a directly-social good, its creation depend on both state and private decisions.*” (DE VROEY, 1984, p.383-4).

14 Esta abordagem (*monetary expression of labor time*) compreende que o valor do dinheiro não está intrínseco e se relaciona à sua capacidade de ser a expressão monetária do tempo de trabalho (ver FOLEY, 1983, 2005; MOSELEY, 2004, 2005).

dos trabalhadores, e a fragilidade financeira. A violação das regras de mercado, implicaria a rolagem da dívida, refinanciada por bancos privados ou pelo Estado. Isto significa injeção de poder de compra na economia, o que pode propagar a distorção entre circulação monetária e produção, criando assim moeda extra. As perdas são compensadas mediante a criação de crédito novo (para financiamento de novos projetos ou o refinanciamento das perdas irremediáveis), em vez de liquidar a dívida com a renda. Esta lógica responde ao conflito entre devedores e credores mantendo em circulação uma determinada quantidade de poder de compra que só existem porque existem perdas¹⁵. Ou seja, bancos privados e o Estado podem criar moeda extra a fim de cobrir perdas na produção, e para postergar ou dirimir problemas econômicos de curto prazo. Existem outras formas de criação de moeda extra: o Banco Central auxiliando o sistema bancário através do redesconto (não se relacionado com situações de empréstimos ruins), um país tendo um superavit não esterilizado do seu Balanço de Pagamentos, firmas ou famílias desentesourando ou tomando empréstimos a fim de especular com ações, imóveis ou obras de arte, dentre outras. O processo de criação de moeda extra poderia ser resumido da seguinte forma:

"The discrepancy between circulating money and output value was originally created when the firm borrowed money (or dis-saved) in order to expand its output. If the additional output had been sold at the usual price the discrepancy would have been eliminated 'spontaneously'. However, if the output is not sold at the usual price the discrepancy persists. It may be eliminated through 'market processes' if the firm dis-saves in order to repay its debts, or if the bank uses its own assets to cover the bad loan. Alternatively, the bank or the state may refinance the firms' debt, usually through the creation of new credit money or new fiat money. This (extra) money prevents the reduction of the monetary equivalent of labour back to its original level, in spite of the failure of the output to increase as had been originally anticipated." (SAAD-FILHO, 2000, p.348).

Desse modo, a criação de moeda extra está associado a menor disciplina sobre as regras do jogo. Quando as moedas nacionais eram legalmente conversíveis em ouro, a disciplina era forte e limitava a criação de moeda extra, pelos bancos comerciais e Banco Central. Isto dificultava qualquer mudança permanente no valor da moeda. No entanto, *vis-à-vis* a maior disciplina sobre o mercado, a conversibilidade trazia consigo uma volatilidade mais ampla dos ciclos econômicos. Na fase expansiva dos ciclos econômicos, a demanda crescia rapidamente, assim como a necessidade de ouro como meio de pagamento. Neste momento, as firmas aumentavam o endividamento a fim de comprar meios de produção ou aumentar os estoques, quer preventiva ou especulativamente. Para evitar a drenagem do ouro ao exterior, o Banco Central subia a taxa de redesconto, gerando uma forte corrida contra o ouro por firmas e bancos, conduzindo, assim, a contração da economia,

15 Este é um argumento similar ao do Mandel (1985). Ele diz que "Se a inflação e o crédito crescentes impedem esse 'saneamento' da economia capitalista – em outras palavras, se uma queda periódica de preços, se o ajuste periódico dos preços de mercado ao valor das mercadorias (preços de produção) é artificialmente impedido – toda uma série de empresas capitalistas que já estão abaixo da produtividade média do trabalho em seu setor pode escapar à desvalorização de seu capital, ou à falência, por um período maior. Torna-se difícil distinguir entre empresas 'saudáveis' e empresas doentes ou totalmente fictícias. Mas essa situação só pode aumentar o desequilíbrio entre a capacidade produtiva e a demanda monetária efetiva a longo prazo: encerra, portanto, o perigo de um simples adiantamento do colapso." (MANDEL, 1985, p. 291).

deflação e desemprego (pressupondo preços e salários flexíveis). A dissolução do lastro das moedas em ouro aparece como uma necessidade, já que permite a suavização dos ciclos pelo Estado e bancos comerciais. Isto através manipulação da oferta de moeda extra a fim de aliviar temporariamente os problemas de liquidez (SAAD-FILHO, 2000; DE VROEY, 1984).

Esta abordagem possui diversas lacunas e dentre elas Saad-Filho (2000; 2002) destaca: i) o simplismo e a deficiência na análise da oferta do Banco Central e do dinheiro de crédito; ii) a convencional imprecisão que recai ao explicar a relação entre oferta de moeda e a expressão monetária do trabalho. Não é óbvio como a criação de dinheiro (de crédito e fiduciário) se relaciona com a produção e realização do valor e como a expressão monetária do trabalho flutua durante o circuito do capital; iii) a análise sobre o papel da competição inter-capitalista é confusa e pouco precisa, já que esta análise sempre trata o capital em geral; iv) não estão bem distintos os aumentos de preço oriundos da moeda extra daqueles causados por outros tipos de crescimento da oferta de moeda¹⁶. Ademais, é possível, também, perceber há a aderência a teoria cartalista do dinheiro sem valor, defendido por De Vroey (1983), e a abordagem *MELT*, que atrela o valor do dinheiro à sua capacidade de expressão do tempo de trabalho, como se vê em Saad-Filho (2000). Nestes termos, o valor do dinheiro é dado pela razão entre o tempo total de trabalho despendido pelo valor total adicionado nas mercadorias produzidas, o que permite traduzir o tempo de trabalho em unidades monetárias (FOLEY, 1983, 2005; MOSELEY, 2004, 2005).

Esta abordagem trata a mercadoria-dinheiro como uma mercadoria qualquer, cuja troca deve levar em conta a sua produção. Esta envolve movimentos de alta ou baixa em relação à média da composição orgânica do capital, de modo que a equalização da taxa de lucro na produção de ouro com a taxa de lucro global exige que o ouro seja trocado por quantidades maiores ou menores ao seu valor trabalho. Sob estas circunstâncias, o valor do ouro não necessariamente seria igual ao valor do dinheiro. Porém, cabe salientar que Marx já apresentou a crítica a este argumento, ao afirmar que o produto do setor extrativista não tem o seu valor traduzido em preços de produção, ou seja, a taxa de lucro do ouro não passa pelo processo de equalização a uma taxa global média. Esta não transformação se dá pelo mesmo motivo do setor agrícola, conforme exposto na seção 2.

O valor do dinheiro e o preço das mercadorias são estabelecidos *ex post*, conforme a *MELT*, neste caso, após ser lançado na circulação. Essa compreensão implica que tanto o tempo de trabalho social quanto o valor de troca, expresso em termos monetários, emergem simultaneamente, ou seja,

16 Um exemplo disto é quando De Vroey (1984) define inflação oriundo da antecipação da obsolescência tecnológica, devido ao poder de monopólio, daquela que se desdobra da moeda extra, dizendo que “*lack-of-sale private losses were small because demand was generally high. In these, circumstances obsolescence losses provide the main explanation for the generation of extra-money. [...] obsolescence can explain the rises in specific prices which are at the origin of the process of price-rigidity inflation. As soon as they achieve market power and become price-markets, firms are able to anticipate obsolescence. [...] In other worlds, through this mechanism losses (or more precisely anticipated losses) are made to appear as an increase in costs rather than losses.*” (DE VROEY, 1984,p.394).

que o valor, social e necessário, e o preço estabelecem-se concomitantemente. Como não há um método que possibilite medir o tempo de trabalho social antes que as mercadorias sejam trocadas por uma dada quantidade monetária, o dinheiro só teria o seu valor estabelecido *pari passu* a precificação das mercadorias¹⁷. Ou seja, seriam as decisões de precificação das firmas capitalistas que determinariam os valores e que, seja qual for o momento, qualquer unidade monetária seria capaz de expressar determinada quantidade de trabalho social abstrato. Esta compreensão vai de encontro à de Marx. Para ele, uma questão que se impõe na economia capitalista diz respeito à regulação e distribuição do trabalho social. É a partir do movimento anárquico que os preços se regulam, ou seja, *ex post* a produção. Somente na venda que o produtor sabe se empregou o TTSN, tanto no que diz respeito à tecnologia e ritmo médio de produção, quanto se a quantidade ofertada está de acordo à demanda. Nos termos de Marx, a venda é o “salto mortal da mercadoria”. Por isto que a mercadoria entra no processo de circulação com preço, que valida (ou não) o produto do trabalho privado, e o dinheiro com valor.

Na *MELT*, assim também como em De Vroey (1984), o dinheiro é visto como uma pura forma de aparência do valor, que possibilita a transferência de valores entre as pessoas. Neste caso, o dinheiro seria uma promessa de pagamento socialmente válida, baseado na confiança de que os agentes devem conseguir os valores que de fato eles possuem através da promessa. O crédito é entendido como a forma do dinheiro por excelência e o ouro como um aparente acaso histórico. O ouro é visto como uma mercadoria avalizadora das promessas, cujos agentes têm apenas por meio dele a única forma segura de transferir valor por meio de promessas. Ele seria visto analiticamente como o estágio final na compreensão do dinheiro, e o seu uso como meio pagamento seria muito imperfeito enquanto mediação última para o problema da transferência de valor. A forma mais acabada de promessa de pagamento, que sintetize alta capacidade de validação e aligeiramento das trocas seria o crédito, já que a sua forma monetária é *per se* um título de promessa de pagamento. O caminho percorrido para chegar nesta compreensão é diametralmente oposto ao de Marx. Para ele, o dinheiro é forma independente do valor, o único modo de tornar visível e plasmado a substância/magnitude do valor. Ao fazer tal incursão teórica, ele dispensa a categoria capital, entendida como secundária para a definição mais precisa e abstrata do dinheiro. A existência da forma monetária do crédito pressupõe a presença analítica do capital, pois o dinheiro de crédito é emitido quanto há a solicitação de empréstimo contra um capital latente que está acomodado no sistema bancário. Assim, o dinheiro de crédito possui característica do dinheiro, ao funcionar sobretudo liquidando dívidas, e do capital, na medida em que compra força de trabalho e meios de

17 Foley (2005, p.38), assevera que “‘abstract, social, necessary labour’ which is the ‘substance’ of value emerges jointly with the expression of exchange value in the pricing of commodities in terms of money. There is no general *ex ante* method of measuring the abstract, social, necessary labour expended in producing commodities independent from the whole process of exchange of commodities mediated by money.”

produção. Funcionar como meio de pagamento é uma mera derivação lógica da natureza do dinheiro e qualquer forma monetária que cumpra esta função atua como seu representante.

4. CRÍTICAS METODOLÓGICAS

As teorias marxistas da inflação aproximam-se ou se afastam umas das outras a depender do corte teórico secundário empregado. Há a utilização da abordagem teórica não marxista, como é o caso da linha cartalista, no entendimento sobre dinheiro, pós keynesiana, ao tratar sobre crédito e sua extensão monetária, Kaleckiana, na perspectiva da determinação de preços e salários, além de teorias mais convencionais, como é o caso do Rowthorn (1984) com as expectativas adaptativas do monetarismo, Baran e Sweezy (1974) com as estruturas neoclássicas de mercado, e De Vroey (1984) com as “regras do jogo” da Nova Economia Institucionalista. No afã de dar uma resposta teórica convincente para um fenômeno relativamente novo¹⁸ e na crença de que a teoria econômica do Marx seria insuficiente no fornecimento de um arcabouço com alta capacidade explicativa, estas teorias da inflação aderiram não apenas conceitualmente, mas também à forma de fazer abstrações de tradição não-marxista. O diferencial no método do Marx é ver os fenômenos como síntese de múltiplas relações, porém reconhecendo a existência de alguns fatores, dentro desta vigorosa interação, com maior poder de influência e encadeamento, logo, com maior capacidade explicativa. Destarte, para identificá-los, ou seja, para localizar os fatores determinantes, deve-se fazer uso da abstração, isolando analiticamente o fenômeno estudado de elementos que lhes são estranhos. E isto, para não incorrer no equívoco do indutivismo simplista, que é a formulação de uma teoria baseado na aparência dos fenômenos, sem descer a níveis explicativos mais profundos; muito menos na monocausalidade mecânica, que escamoteia as interações e os processos. Abstrações imprecisas produzem má compreensão dos fenômenos.

Para não incidir no erro de fazer abstrações imprecisas, deve-se retirar da análise todas as relações e processos secundários. Se inflação crônica é entendida como aumento persistente e ininterrupto do nível geral de preços, o ponto de partida deve ser a categoria preço. O seu entendimento mais basilar, que diz respeito a determinações na sua essência, prescinde outros fatores mais concretos. No nível analítico da circulação mercantil simples, o preço é basicamente o valor da mercadoria apresentado em termos monetários. O seu estabelecimento depende da existência de formas monetárias que sirvam como unidade de conta (libra, dólar, marco, dentre outras) e de uma relação estável entre o meio circulante (moeda) e o dinheiro (mercadoria com funções monetárias que expressa o valor das outras mercadorias), que é chamado padrão dos preços

18 A inflação crônica surge como fenômeno relevante ao fim da década de 1960. A partir de então a teoria econômica tenta dar respostas aceitáveis para tal fenômeno, colocando-o como o centro da análise e não mais como uma questão secundária.

(ex. 1 libra = X kg de ouro). A variação dos preços derivar-se-ia de mudanças nos valores das mercadorias vulgares ou da mercadoria-dinheiro, alterando a expressão dos valores em termos de dinheiro, ou da mudança do padrão dos preços, alterando a quantidade de meios circulantes que representaria um dado *quantum* de dinheiro. Dispensa-se, neste grau de explicação, conceitos como competição inter-capitalista, poder de monopólio, crédito bancário, etc., porque estes resultariam da categoria capital, que num nível de análise distinto da circulação simples. Ao incorporar relações como reivindicações sobre a renda e competição entre unidades produtivas, as abordagens do conflito distributivo e do capital monopolista afastam-se da compreensão mais basilar da inflação, no caso, ser fundamentalmente monetária.

Da mesma forma que a concorrência não está no mesmo nível de abstração da fixação dos preços (o valor expresso em termos monetários padronizáveis), ocorre também esta distinção entre o dinheiro de crédito e o dinheiro. O nível analítico onde se deriva a categoria dinheiro é na circulação mercantil simples, cujos pressupostos são: os produtores são autônomos e independentes e donos dos meios de produção; há o reconhecimento social da propriedade privada dos meios de produção e do produto; as transações são realizadas através de trocas voluntárias nos mercados; os contratos são os instrumentos jurídicos que regulam as trocas entre os agentes econômicos e; consequentemente, o produto do trabalho humano aparece como mercadoria (que sejam úteis e tenham valor). A circulação capitalista, onde a categoria dinheiro de crédito encontra-se plenamente desenvolvida, possui todas as relações pressupostas na circulação simples, porém com uma distinção: há uma divisão de classe entre os proprietários dos meios de produção e os proprietários da força de trabalho. Este elemento é vital e submete todos os outros à sua lógica, visto que possibilita a emergência do capital: um valor dinâmico, que muda de forma, e na produção se auto-expande. Como o dinheiro de crédito é uma categoria oriunda da interação entre elementos constitutivos do dinheiro e do capital, deve estar pressuposto o crédito bancário (empréstimo de dinheiro objetivando juros) e o capital de empréstimo (forma latente do capital monetário, disponível aos capitalistas funcionantes por meio de empréstimo). A determinação da natureza do dinheiro, por sua vez, prescinde da categoria capital, crédito, dentre outras, diferentemente do dinheiro de crédito, que tem a sua gênese teórica derivada da existência do capital. A circulação simples é dominada pela relação-valor, cuja aparência só se efetiva mediante dinheiro. Na circulação capitalista, por sua vez, a relação-capital agrega-se à relação-valor, e implica numa composição crescente do dinheiro de crédito como meio de troca, que expulsa o dinheiro da circulação, conduzindo-o a funcionar normalmente como medida dos valores, logo, na determinação dos preços.

Por mais que o dinheiro de crédito desempenhe funções monetárias, ele não é e nem pode ser dinheiro, já que é a forma monetária das dívidas de instituições financeiras privadas. O dinheiro,

por sua vez, é a forma da aparência do valor, o único meio pelo qual a quantidade dos valores pode ser representada. Para tanto, esta “coisa” objetivada deve possuir valor intrínseco, ser um produto inequívoco do trabalho humano, no caso, ser mercadoria. Assim, ao incorporar crédito na abstração mais geral do dinheiro, a abordagem da moeda extra afastou-se do entendimento do dinheiro como forma do valor e equivalente geral, e da moeda como representante que exerce funções do dinheiro. Ao se deixar levar pelas aparências, cuja atuação monetária é hegemonizada pelo dinheiro de crédito, misturou níveis diferentes de abstração, fazendo transparecer que a teoria do dinheiro marxiana é obsoleta. O processo analítico e teórico elaborado por Marx foi mais criterioso, partindo inicialmente de um nível mais profundo da abstração para formular a sua teoria do dinheiro, para então incorporar elementos concretos secundários àquele grau de análise e formular a categoria dinheiro de crédito, concebida apenas num nível mais concreto da produção de valor. O fato aparente do dinheiro de crédito desempenhar diversas funções monetárias não muda a essência do dinheiro ou suas determinações intrínsecas, mas altera a sua forma. Um estudo baseado em Marx deve preocupar-se em explicar quais as determinações que causam tal mudança de forma e não aderir às pressões empiricistas que pressupõe uma alteração da natureza do dinheiro.

Não se deve confundir as determinações formais do dinheiro com as determinações intrínsecas, que diz respeito à sua natureza. São as necessidades das trocas, derivadas da acumulação de capital, que determinam como o dinheiro irá aparecer, sob qual manto ele será representado. Ele pode aparecer formalmente como outra coisa, que tenha a sua relação diretamente perceptível (como é o caso dos signos de valor) ou mais indireta e cheia de mediações (como é o caso do dinheiro de crédito). A própria rotina da acumulação complexifica essas determinações formais, gerando a falsa ideia de que uma mudança na forma implica numa mudança na natureza do fenômeno. A forma é o aspecto de uma relação, centrado tanto na aparência quanto na função, cujas determinações intrínsecas são definidas. É por essa “forma” que é possível encontrar identidade na diferença. Dinheiro e dinheiro de crédito são obviamente diferentes em diversos aspectos, porém idênticos como forma monetária, assim como capital e o dinheiro de crédito como distintos e similares. Esta noção dá a possibilidade de ver as coisas idênticas e distintas concomitantemente e isto porque são expressões diferentes do mesmo fato. Vendo esta dependência mútua dentro de cada parte que interage e cada parte como um aspecto necessário das outras, elas se tornam idênticas em expressar o mesmo todo, porém deixando patente suas diferenças formais. A identidade e diferença dependerá do nível de análise e da extensão da abstração feita (OLLMAN, 2003).

A precisão no uso do método do Marx permite entender que a realidade das coisas não se apresenta imediatamente tal qual elas são. Esta realidade confusa, na superfície, mostra os fenômenos em sua parcialidade, cuja essência se encontra ocultada. O estudo destes fenômenos implica num desvelar inequívoco de sua essência. Nesta perspectiva, a realidade mostra os

fenômenos de modo invertido, aparentando que na superfície está a sua essência e encontrando ali as determinações e as relações de causalidade necessárias para explicá-la. O uso de um método que não parta deste entendimento, fornecerá um produto similar às conclusões dos proprietários dos bois, no mito romano de Cacus. Ollman (2003) conta que, conforme o mito, ele era um meio-demônio que vivia numa caverna e saía apenas à noite para roubar bois. No intento de confundir os proprietários, ele forçava os bois a andar para trás, de sua toca ao centro do campo, fazendo parecer, através das pegadas, que eles tinham saído de lá. Na manhã seguinte, quando as pessoas procuravam por seus bois, todos encontravam as pegadas. Baseado nelas, eles concluíam que, seus bois partiam da caverna para o meio do campo e então desapareciam! Muito parecido com o método usado pelas teorias mais convencionais; a diferença é que as pegadas seriam contadas, medir-se-ia a profundidade de cada passo, rodariam os resultados num computador, mas chegar-se-ia à mesma conclusão errada. Ou seja, o foco exclusivo nas aparências, nas evidências empíricas, pode ser extremamente enganoso.

Assim, como a inflação crônica surgiu num momento de intensificação das lutas entre trabalhadores e capitalistas, a teoria do conflito distributivo concluiu que as reivindicações sobre a renda disponível era o seu fator causal. Em vez de ver essas lutas como uma tentativa de defesa das classes à deterioração persistente de seu poder aquisitivo nominal por causa da desvalorização irrevogável da moeda legal, ou seja, o que é apontado como causa seria consequência. Como os capitalistas têm maior poder e instrumentos de defesa a esta deterioração, pois com o advento das grandes corporações ficou mais facilitado para eles acessar ativos financeiros com correção monetária, dentre outros, a teoria do capital monopolista viu esse poder como a causa da inflação crônica e não como a seu efeito. A realidade aparece invertida: o que é produto parece ser o fator causal. A desvalorização da moeda (depreciação do padrão dos preços) pode causar reivindicações sobre a renda como defesa à perda do poder aquisitivo ou até mesmo a criação de instrumentos que amplie esse poder defensivo, mas não o inverso. Entretanto, apenas reconhecer isto não é o suficiente, pois é muito fácil focar nas aparências. É provável que, ao se deparar com a evidência empírica que apresenta as moedas de curso legal juridicamente inconvertíveis ao ouro, conclua-se que o dinheiro perdeu a sua natureza mercantil. Desse modo, as mercadorias seriam precificadas e o dinheiro teria o seu valor formado na circulação e não na produção, como concebe a abordagem da moeda extra. Para superar este problema de abstrações imprecisas é preciso recorrer às precisões da teoria monetária de Marx e do seu método.

Esse problema metodológico, oriundo do foco exclusivo na aparência, além de gerar uma compreensão atrofiada sobre as relações internas, como já exposto, secundariza a importância do processo histórico de estabelecimento da inflação crônica. A mudança na forma desempenhadora da função do dinheiro mundial, no caso, a substituição do dinheiro (ouro) pelo dinheiro de crédito (sob

a forma contratual da unidade de conta dos países centrais), derivado da pulverização das trocas mediadas por promessas de pagamento, coincidiu com a emergência da inflação crônica, e não a esmo. A estabilidade das moedas nacionais estava diretamente vinculada à sua capacidade de ser uma expressão confiável do dinheiro (ouro). Como esta ligação jurídica foi paulatinamente sendo desfeita, o vínculo econômico tornou-se mais complexo e embebecido de desconfiança, desdobrando num processo de desvalorização endêmica das moedas locais ou de depreciação do padrão dos preços. Isto significa compreender a inflação crônica como derivado de um processo histórico e ver os fatores que lhe constituem como internos. A inflação crônica é entendida como uma relação complexa (envolve tanto elementos orgânicos quanto históricos) que surgiu como resultado de condições específicas. Ver seus fatores constitutivos, sobretudo a mudança na forma do dinheiro mundial, como externos implica tratá-la como um fenômeno a-histórico. Para superar esta incompreensão do processo deve-se tanto reconhecer a importância da forma do dinheiro mundial na estabilidade do valor das moedas nacionais quanto entender as mudanças nesta forma ao longo da história como determinadas pelo desenvolvimento do capitalismo, ou seja, são produtos do aguçamento das leis econômicas preconizadas por Marx e não a sua negação.

CONCLUSÕES

Este texto apresentou, ainda que de modo breve, os principais argumentos que subjazem as teorias marxistas da inflação. Enquanto que as abordagens do conflito distributivo e do capital monopolista veem o processo inflacionário como produto da ação intensa e desequilibrante das classes sociais, tendo o Estado como um sancionador; a teoria da moeda extra o entende como fundamentalmente monetário, fruto do descompasso entre oferta e demanda por dinheiro de crédito. A função da moeda na inflação é secundarizada pela teoria do conflito distributivo e pela teoria do capital monopolista, vista exclusivamente como uma força potencializadora do poder de mercado exercido pelas classes sociais. Por sua vez, a teoria da moeda extra está sustentada numa noção cartalista de dinheiro, cujas mercadorias se precificam apenas na circulação e o dinheiro tem seu valor baseado na sua capacidade de expressar o trabalho social. Há em comum nestas abordagens um afastamento da teoria do dinheiro de Marx, sustentada pela hipótese do equivalente geral e de que o dinheiro entra na circulação com valor. Desse modo, é patente a dificuldade que elas têm em vincular suas abordagens com a teoria do valor marxiana e suas derivações mais basilares.

O uso impreciso da abstração joga um papel relevante no afastamento dessas teorias com a abordagem do Marx. A sua observação sobre os fenômenos e a sucessiva formulação de leis econômicas baseadas nos fatores reguladores é produto de uma abstração que transcende a superfície dos tais fenômenos. Isto significa a inclusão de fatores mais concretos no nível analítico

devido, para evitar a formulação de teorias que forneçam uma visão distorcida e incapaz de indicar os fatores realmente determinantes. No nível da aparência, o lucro apresenta-se como uma remuneração do fator fornecido pelo capitalista, da mesma forma que o salário parece ser o pagamento de um trabalho realizado. Na superfície, as trocas são realizadas entre indivíduos iguais e livres, porque supostamente todos são proprietários, uns da mercadoria “capital” e outros da mercadoria trabalho. Os proprietários do trabalho alugam a sua mercadoria ao proprietário do “capital”, que a utiliza como insumo à sua produção. A remuneração do fator trabalho e do fator trabalho são equivalentes às suas contribuições ao produto. Porém, se a abstração sair do nível da aparência e ir para um nível mais profundo, perceberá que o indivíduo não é proprietário da mercadoria trabalho, mas sim de sua capacidade de trabalhar, de sua força de trabalho. Neste nível analítico, o salário é visto como ele é, enquanto a remuneração necessária para reproduzir a força de trabalho, e o capital não mais como um fator da produção ou uma de suas múltiplas formas, mas como uma relação social, resultado de um fluxo contínuo de produção de mais-valor (riqueza criada pelos trabalhadores que não lhes é devolvida). Este excedente aparece sob formas distintas (lucro, juros, impostos, etc.), entretanto tendo esta qualidade em comum, este aspecto que toca em suas origens. A realidade aparece invertida, fazendo parecer que as relações de trabalho implicam na troca de equivalentes e não numa relação de exploração (apropriação do valor gerado por um trabalho não pago), e que é meramente uma de suas forma e não uma relação social. Assim, a aderência, por parte das teorias marxistas da inflação, a este método focalizado na superfície, dificultou-os a ver a essência dos fenômenos.

Apesar disto, a ideia trazida pela teoria da moeda extra, de que a inflação se deriva de uma depreciação persistente do padrão dos preços, pode fornecer bons fundamentos para melhor compreender tal fenômeno. A emissão monetária num volume maior do que a necessidade das trocas (aqui entendida como a massa de dinheiro que circularia caso o meio de compra estivesse em corpo áureo), supondo constante a velocidade de circulação, afeta a capacidade da unidade de conta de ser um representante crível do valor, implicando na sua desvalorização. A alteração no padrão dos preços é produto da lei do valor, esta que regula a troca de quantidades de valores das mercadorias por valores equivalentes da mercadoria-dinheiro. Quando as proporções da unidade de conta estão em quantidades superiores a que dizem economicamente representar em termos de dinheiro (ouro), há um reajustamento da relação massa da moeda legal – *quantum* de dinheiro representado. O resultado disso é uma alteração dos preços em termos da moeda legal das mercadorias. A abordagem da moeda extra pode contribuir no entendimento dos fatores que levam a emissão excessiva.

É válido salientar que, para aprofundar tal estudo, é preciso trazer também o estado das artes das abordagens marxistas da inflação, sobretudo os seus avanços em relação aos textos seminais.

Conjuntamente, deve-se aprofundar os argumentos das distinções metodológicas entre estas abordagens e a teoria de Marx. Para tanto, é imprescindível adentrar com mais profundidade nos seus textos econômicos, tanto quanto nos teóricos mais qualificados sobre o estudo do método marxiano.

REFERÊNCIAS

BARAN, Paul A.; SWEEZY, Paul M. **Capitalismo monopolista**: ensaio sobre a ordem econômica e social americana. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1974.

BERNSTEIN, Peter L. **Against the gods**: The remarkable story of risk. New York: John Wiley & Sons, 1996.

BRYAN, Michael F. On the Origin and Evolution of the Word Inflation. RABIN, Jack; STEVENS, Glenn (eds.). **Handbook of monetary policy**. New York: Marcel Dekker, 2002. p.593-599

DE VROEY, Michel. Inflation: a non-monetarist monetary interpretation. **Cambridge Journal of Economics**, v.8, p.381-399, 1984.

DRAPER, Hal. **Karl Marx's theory of revolution**. Vol. 1: State and bureaucracy. New York: Monthly Review Press, 1977.

FOLEY, Duncan. On Marx's Theory of Money. **Social Concept**, New York, v.1 n.1, p. 5-19, 1983.

FOLEY, Duncan. Marx's Theory of Money in Historical Perspective. In: MOSELEY, Fred (Ed.). **Marx's Theory of Money**: Modern Appraisals. London: Palgrave, 2005.

MALDONADO FILHO, E. A dinâmica da concorrência em Marx. In: **Anais** do 18º Encontro Nacional de Economia, dezembro, vol. 1, pp. 107-126, 1990.

MALDONADO FILHO, Eduardo. Marx e o Capitalismo Contemporâneo. In: Paula, J. A. (org.) **Adeus ao Desenvolvimento** - a opção do governo Lula. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo editorial, 2011.

MARX, Karl. **O Capital** – Crítica da Economia Política. Volume VI. Livro Terceiro. São Paulo: Nova Cultural, 1986a.

MOSELEY, Fred. Introduction. In: MOSELEY, Fred (Ed.). **Marx's Theory of Money**: Modern Appraisals. London: Palgrave, 2005.

MOSELEY, Fred. **The “monetary expression” of labor in the case of non-commodity money**. Texto para discussão. Mount Holyoke College, p. 13, nov. 2004. Disponível em: <http://www.mtholyoke.edu/~fmoseley/Working_Papers_PDF/melt.pdf>. Acesso em: 02 de abril 2014.

ROWTHORN, Bob. **Capitalismo, conflito e inflação**: ensaios de Economia Política. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

SAAD-FILHO, A.; LAPAVITSAS, C. A Teoria Horizontalista da Moeda e do Crédito: Uma Análise Crítica. **Estudos Econômicos**, v.29, n.1, p.23-25, jan-mar 1999.

SAAD-FILHO, A.; MOLLO, M. L. Reconhecimento Social da Moeda: observações sobre a inflação e a estabilidade de preços no Brasil. **Revista de Economia Política**, v.21, n.2 (82), p. 24-42, abr-jun 2001.

SAAD-FILHO, Alfredo. Inflation theory: a critical literature review and a new research agenda. **Research in Political Economy**, v.8, p. 335-362, 2000.

SAAD-FILHO, Alfredo. **The Value of Marx**: Political Economy for Contemporary Capitalism. London: Routledge, 2002.

SHAIKH, Anwar. Inflación y desempleo: una alternativa a la teoría económica neoliberal. In: GERRERO, Diego. **Macroeconomía y crisis mundial**. Madrid: Ed. Trotta, 2000a.

SHAIKH, Anwar. **Los Tipos de Cambio Reales y los Movimientos internacionales de Capital**. In: GUERRERO, Diego (Ed.). **Macroeconomía y Crisis**. Madrid: Trotta, 2000b.